



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1349

O PATRIMÔNIO MATERIAL E SUA SALVAGUARDA: A MEMÓRIA NO MUNDO GLOBALIZADO

Jacqueline Rodrigues Antonio
(UEM)

Orientadora: Prof^a Dr^a Sandra de Cássia Araújo Pelegrini
(UEM)

Resumo: A primeira metade do século XX no Brasil ficou marcada pelas discussões políticas acerca da escolha dos bens que representam o ser brasileiro e da salvaguarda do patrimônio nacional, com ênfase para a cultura material. Neste contexto foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Igreja e Residência dos Reis Magos, em Nova Almeida, Espírito Santo. Assim, o presente texto tem por objetivo discorrer a respeito da preservação dessa memória no contexto da globalização do mundo atual. Para tanto, terá como base para este trabalho a História Cultural e os estudos da cultura na pós-modernidade de Bauman. A apreensão da pluralidade na cultura popular é essencial na busca da maneira que a memória dos bens materiais é compreendida no mundo atual, assim são visualizadas as questões da globalização influenciando nas formas de salvaguarda do patrimônio cultural de uma sociedade. Portanto, ao colocar os pontos sobre a salvaguarda da memória do patrimônio cultural brasileiro com as demandas da globalização no objeto de pesquisa da minha dissertação (um painel sob o tema dos Reis Magos, confeccionado, oficialmente, no século XVI e localizado na Igreja e Residência dos Reis Magos em Nova Almeida), que na década de 1940 foi considerada uma herança colonial digna de ser preservada pelo Estado e atualmente é ponderada como mercadoria no contexto da globalização dentro da política do turismo histórico.

Palavras-chave: História Cultural; Cultura Material; Reis Magos.

Financiamento: CAPES

Introdução/justificativa

A materialidade da cultura tem sido vista na atualidade de duas formas: como objeto de salvaguarda garantida por leis e como algo a ser globalizado. No âmbito da proteção, há alguns órgãos governamentais responsáveis, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Enquanto forma de globalização, tem os interesses do consumo e a tendência de homogeneização da cultura, e neste último há a questão da liquidez dos nossos tempos, em que é valorizado o efêmero.

Para tratar a respeito de como a memória dos patrimônios culturais é exposta na atualidade, coloca a necessidade da análise pelo viés da cultura popular, que tornasse imprescindível que se defina qual povo é abordado, e assim, como a questão do plural. Dessa forma, fica evidente a problemática da oposição colocada há tempos entre cultura popular e cultura erudita, pois cultura, primeiramente era vista como algo ligado “às artes e às ciências. Depois, foi empregado seus equivalentes populares [...] Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos [...] e práticas” (BURKE, 2008, p. 43). Ou seja, os bens culturais pertencentes à cultura erudita são da produção artística, a exemplo das esculturas gregas e as pinturas do Renascimento, já para a cultura popular, inicialmente foram seus equivalentes, esculturas e pinturas, porém advindas fora das elites e, posteriormente, os bens culturais ampliou-se, rompeu a dicotomia entre os pertencentes às elites e aos populares, e se encaminharam para os modos de fazer e a objetos utilizados no dia a dia, que particularizasse a cultura de cada sociedade.

A cultura material abrange os bens materiais e imateriais, ou seja, tudo aquilo que é de valor para uma sociedade, compondo a sua cultura. Assim, nota-se que os bens culturais se definem pelo viés do patrimônio, pois vem do sentido de herança, em que se encontram os bens materiais de valor, seja econômica, seja sentimental, enfim, tudo que pode ir para o testamento, em especial, individual. Mas também há os bens imateriais que são as lições

deixadas pelos antepassados, sejam as maneiras de fazer, os ditos, os provérbios. Há ainda as implicações do individual, que são os interesses de cada um, e o coletivo, que é definido por determinadas pessoas. Dessa forma, os bens culturais enquanto patrimônio, salvaguardados por leis estatais e órgãos governamentais, é tomado pelo viés do coletivo.

Ao relacionar este assunto com o objeto da minha pesquisa, um painel pintado em óleo sobre madeira portando a gravura da Adoração dos Reis Magos, é um bem cultural salvaguardado pelo IPHAN desde 1943, pela ocasião do tombamento da Igreja e Residência dos Reis Magos, local em que se encontra, no centro de um retábulo do altar-mor. Este quadro tem uma importância cultural no cenário brasileiro ao relacionar os bens materiais e imateriais. Material por ser considerado, oficialmente, o primeiro quadro pintado a óleo em terras brasileiras, uma herança do passado colonial materializada, e imaterial por perpetuar a memória da sociedade de outrora e o valor dado ao tema retratado criando uma identidade e afetividade na população local.

Objetivos

Este texto tem por objetivo principal discorrer acerca da memória do patrimônio no mundo atual, para tanto é necessário analisar o caso da salvaguarda dos bens culturais pelo Estado brasileiro, como também identificar as demandas da globalização que influenciam na valorização da cultura de uma sociedade por fim relacionar a proteção através da lei e do patrimônio do painel dos Reis Magos no Espírito Santo e seu uso pelo mercado.

Resultados

Bens Culturais se relacionam com patrimônio, que por sua vez é uma herança, pois estes bens são tudo aquilo que recebemos do passado, vive no presente e se transmite no futuro. Dessa forma, bens culturais têm relação com bens materiais e imateriais, tendo uma vinculação entre si, ou seja, são as manifestações da ação humana, pois essa relação se faz por base

da visualização das “almas nas coisas”, na materialização do imaginário de uma dada sociedade (PELEGRINI, 2008).

A salvaguarda dos bens culturais remonta à Revolução Francesa, em que visualizamos os revolucionários nomeando como patrimônio os edifícios majestosos e obras de valores artísticos e históricos, atribuindo a estes elementos culturais um legado relacionado ao passado francês, cuja proteção competia ao Estado. Para os revolucionários, a noção de patrimônio é concebida como possessões auferidas dos antepassados e, portanto, testemunhas das histórias e das memórias coletivas.

Nesta revolução também foi criado um critério de proteção, para que tal bem seja considerado patrimônio, caberia a ele ser uma expressão singular e criada pela elite da sociedade francesa, seja da Igreja ou do Estado. Com essa demarcação, a cultura fica reservada para o erudito, e tudo que não cabia nesta fronteira era considerado folclórico. Dessa forma, houve uma consolidação do embate da cultura erudita com a cultura popular.

Em relação da proteção de bens culturais, que se interliga com a pesquisa em desenvolvimento, nota-se que a questão dos monumentos e destes como patrimônios dignos de serem preservados é discutida na Europa desde o início da Idade Moderna e intensificada nos séculos XVII e XVIII, quando, para fins de “embelezamento”, muitos dos monumentos foram destruídos. Porém, a partir do século XIX começa a observar outras regiões do mundo com essa mesma preocupação, a exemplo Japão e Estados Unidos (CHOAY, 2006).

Ao voltar-se para o Brasil, um dos frutos deste movimento se encontra na Semana de Arte Moderna de 1922 com o Manifesto Antropofágico, que provocou críticas sobre a cultura nacional. Entre estes modernistas destaca-se Mário de Andrade se dedicou às discussões acerca do patrimônio cultural brasileiro. Além do lado modernista na oficialização do patrimônio nacional, houve os neocoloniais, que, dentre outros elementos, buscavam por uma arquitetura que pudesse definir “verdadeiramente” o Brasil, no caso, as que foram produzidas no período colonial. Outro fator que levantou a questão dos patrimônios brasileiros é a política varguista que propunham uma construção da nacionalidade baseada na política de identidade embasada por

meio de uma unidade que era abalizada pela busca por modelos, a exemplo, os monumentos coloniais, como o caso do objeto da minha dissertação.

Neste contexto foram feitas políticas públicas preservacionistas do patrimônio histórico-cultural no Brasil com a criação de leis que atendessem a essa demanda, tendo início na segunda metade da década de 1930, com a Constituição de 1934, em que a proteção era por meio do impedimento da evasão de obras de arte do Brasil, e a criação da Inspetoria Nacional dos Monumentos (1935), que rapidamente, com a Lei nº 378 de 1937, foi substituído pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que foi inicialmente pensada a partir de questionamentos sobre o que se deve preservar e que tipo de memória o país queria ser reconhecido. Houve também neste mesmo ano de 1937 a Carta Magna, que preconizava a preservação do patrimônio, pela viabilidade do Decreto-Lei n. 25, ao colocar a propriedade privada ao interesse do coletivo (ingerência do Estado) também conhecida como a “Lei do Tombamento”, em que atribuía ao SPHAN à tarefa de preservar e restaurar os bens culturais tombados (PELEGRINI, 2008).

Diante de tudo isso, houve a preocupação maior com os monumentos arquitetônicos, colocados inicialmente como aqueles que portam a identidade brasileira, havendo neste período a salvaguarda da Igreja e Residência dos Reis Magos que abriga a pintura da Adoração dos Reis Magos. Esta é uma igreja capixaba do século XVI-XVII construída por jesuítas, numa época que vigorava a política dos portugueses de se aproximar dos nativos, em que os jesuítas, por meio de reduções e aldeamentos, exerciam a função de mediadores, no caso desta igreja, um aldeamento nomeado de Reis Magos, incumbido pelo ensinamento da língua tupi-guarani. Este monumento começou a ser construído no ano de 1580, com inauguração em 06 de janeiro de 1615, marcando a arquitetura colonial brasileira. Acolhe em seu interior uma obra de valor inestimável, uma imagem que representa a adoração dos Reis Magos, atribuída a confecção pelo precursor da arte em terras tupiniquins, segundo Serafim Leite, Belchior Paulo, e considerada, pelo mesmo autor, a primeira pintura feita a óleo no além-mar. Em sua história, além do uso pelos jesuítas, também foi um templo religioso, um centro de ensino, a sede do governo municipal e presídio. Por todo este valor que a Igreja e Residência dos Reis Magos possui que houve a sua inclusão na política preservacionista de Vargas,

por ela atender as duas propostas do período: ter caráter estético (neocoloniais) e ter o caráter político histórico (modernismo).

Juntamente com os bens culturais imóveis, houve também a preocupação com a preservação com os bens culturais móveis, resultando na salvaguarda do quadro da Adoração dos Reis Magos, já citado, e do retábulo do altar-mor, dentre outros elementos pertencentes a este complexo.

Outro componente que contribuiu para a questão da preservação dos bens culturais brasileiros foi o lançamento da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937 e ativa até hoje, com objetivo de publicar artigos e ensaios acerca do patrimônio nacional, enquanto arte e história, com a colaboração de inúmeros especialistas pertencentes aos quadros do IPHAN e de outras instituições, tais como Lúcio Costa. Esta revista também serviu nos anos de 1930 e 1940 para auxiliar a definir que monumentos representavam o país e por isso deveriam ser preservados.

Portanto, dentro desta política de salvaguarda, nota-se que o bem material, ao ser inscrito no livro tomo, além de ser reconhecida sua importância para a história brasileira e identidade nacional, os intelectuais também apontam para a dimensão cultural, e assim, algo já exposto por Mário de Andrade, e retomado no início do século XXI, houve a preservação do imaterial, pois, sua permanência até o período das políticas preservacionistas, passou pelo crivo da afetividade da população local e a memorização do significado da imagem e do nome atribuído ao lugar em todos os anos no dia 06 de janeiro.

Já a globalização, apesar da falta de definições prontas, Bauman indica uma situação de desordem mundial e um significado mais aprofundado a respeito da globalização é o de indeterminado e indisciplinado sobre os assuntos mundiais, pois ela reflete a total desorganização da economia e da relação social, portanto, as coisas acontecem sem um prévio planejamento (BAUMAN, 1999). Assim, para a cultura, Bauman coloca que a “globalização é a progressiva segregação espacial, a progressiva separação e exclusão” (BAUMAN, 1999, p.8), pois, por meio de fronteiras cada vez mais relativizadas, coloca de um lado uma elite extraterritorial e de outro o resto da população “localizada”, ou seja, propõe uma “nova hierarquia da cultura”.

Com isso, ao mesmo tempo em que nos é evidenciado uma “hibridação” que forma elites extraterritoriais, possuindo uma ânsia pelo consumo das culturas do mundo, também deixa o resto da população cada vez mais “localizada”, com a função de preservar sua cultura para a produção de bens materiais para as elites consumirem. Dessa forma, faz com que há um incentivo para as produções culturais regionalizadas, a fim de que sejam divulgadas e comercializadas a nível mundial. Juntamente a isso, traz uma inexistência de estabelecimento de uma distinção do que seja uma elite cultural daqueles que estão por “baixo”, a partir da maneira recorrente, que era através do pré-conceito de que o apreciador de obras-primas pertencia à cultura erudita, e quem apreciava as histórias e bens materiais considerados folclóricos pela elite eram rotulados de pertencentes à cultura popular. Com isso, aquilo que era típico de uma cultura, antes dita “popular” é apreciada por membros da elite, e o oposto também ocorre, assim como a sua “hibridação”. Portanto, há um incentivo a um consumo cultural.

Do mesmo modo, a “hibridação”, colocada por Bauman, exhibe o que hoje é um elemento cultural, com características específicas e localização, amanhã terá algo a mais inserido, a partir das experiências e vivências de diversas outras culturas sobre o artefato cultural. Portanto, essas elites extraterritoriais se sentem à vontade em qualquer lugar do mundo, tendo, dessa maneira, a globalização da cultura para quem delas possa usufruir, seja através do turismo, seja pelo consumo de bens culturais, pois os Estados em suas políticas de preservação da cultura nacional mostraram-se frágeis a comercialização de tais bens pela sua reprodução em massa.

Quando traz essas questões para o objeto de minha pesquisa, nota-se que com o tombamento da Igreja e Residência dos Reis Magos, a população em si aumentou os laços de afetividade com o monumento, adotando a teoria de que seja a primeira obra de arte feita em terras tupiniquins, e com isso percebeu o potencial para atração turística, assim, eles próprios produzem bens para serem consumidos.



Figura 01: Lembrancinha feita com concha e estampada em tecido com o tema da Igreja e Residência dos Reis Magos por artesãos locais

Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura 02: Toalha de lavabo com estampas da Igreja e Residência dos Reis Magos

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Observando isto, com a primeira imagem, são utilizadas da matéria prima local, conchas, lembrando que o distrito de Nova Almeida se localiza em zona costeira, e feita de forma artesanal, com um toque industrial, pois a imagem foi impressa. Já a segunda há mais elementos industriais inseridos, contudo, feito de forma que lembra o lado artesanal, e estas duas peças possuem a mesma função, o de comercializar o ponto turístico local. Além disso, há ações governamentais que incentivam o turismo de bens

culturais tombados, o que também denota a utilização de um monumento como mercadoria. A seguir, com o material produzido pelo governo de incentivo ao turismo visualiza-se melhor esta questão.

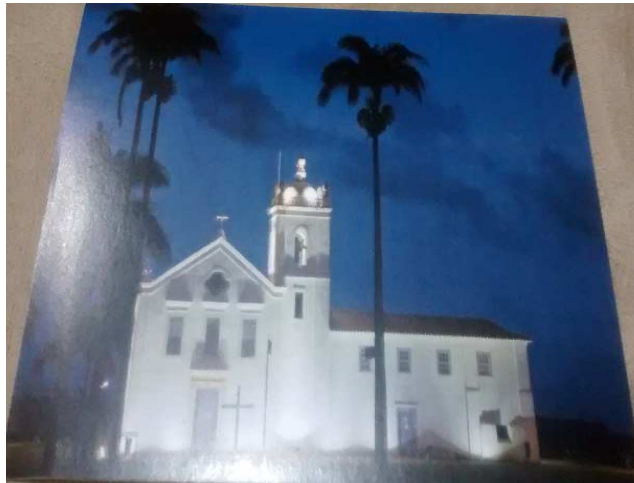


Figura 04: Frente de cartão postal produzido pela prefeitura de Serra e distribuído gratuitamente

Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura 05: Capa do Guia turístico da Igreja e Residência dos Reis Magos produzido pela Prefeitura de Serra e distribuído gratuitamente

Fonte: Arquivo pessoal da autora

Com um cenário belíssimo de uma igreja em cima dum morro com vista, por um mirante, aos fundos da igreja, para o oceano e para o rio dos

Reis Magos, do qual o visitante sente toda a brisa que vem direto do mar, e a frente uma praça bem planejada, assim se apresenta a Igreja e Residência dos Reis Magos aos turistas. Ao visualizar o cartão postal e o Guia Turístico é possível observar o uso econômico que o governo faz com um monumento salvaguardado, sempre ressaltando sua história, somando à necessidade de conhecer, como Bauman coloca por parte das elites extraterritoriais, e também a este cenário, neste caso ainda, ao lado de Praia Grande, uma importante praia do Espírito Santo. Estes materiais fomentam ao visitante a propagação das qualidades que o local visitado possui e cria, com a leitura, um vínculo com o lugar, o que pode resultar não somente na volta deste turista, mas também em um marketing atrativo para as pessoas de seu convívio. Consequentemente, tudo que é produzido em favor do patrimônio aponta para o turismo da região.

Portanto, as leis governamentais de proteção ao patrimônio considerado portador da memória nacional, somada a tendência à globalização nesta “modernidade líquida” dos bens culturais faz com que a cultura de um povo e seus rastros seja, além de preservada, tratada como mercadorias a serem consumidas, tanto por meio de *souvenires*, tanto por material publicitário que incentivam a importância das elites extraterritoriais de consumirem o monumento tombado e por fim alavancar a economia local.

Considerações Finais

Este texto consistiu em apresentar como a questão da memória é tratada nos dias atuais, com destaque para o patrimônio. A materialidade da cultura salvaguardada tem a designação de institutos, como o IPHAN, para sua preservação e restauração, quando necessário, para que ressalte a sua particularidade. No âmbito da globalização, há uma tendência ao consumismo, e dessa forma, homogeneizar a cultura, uma vez que todas são vistas como mercadorias para quem tem o poder aquisitivo para tal.

Enquanto salvaguardados, os bens culturais são protegidos pelo Estado através de leis, assim como, preservados e restaurados por órgãos governamentais. A respeito da igreja que porta o meu objeto de estudo, sob a ingerência do Estado, tanto o prédio, como as obras inclusas no tombamento

passaram por diversas restaurações e reformas. No dia 06 de janeiro de 2012, durante a Festa de Santos Reis, o IPHAN e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), entregam o quadro restaurado dos Reis Magos para seu local de origem. O dia escolhido para esta entrega também diz respeito à data de início das atividades da então Capela dos Reis Magos, 06 de janeiro de 1557, também o dia em que foi inaugurada tal igreja, em 1615, além de ser o dia dos Santos Reis e aniversário de Nova Almeida. Como também serviu de objeto, numa política de busca pelo ser brasileiro, de identidade nacional, digno, naquele momento de ser preservado.

Já como algo globalizado no contexto da “modernidade líquida”, os bens culturais são tratados como mercadoria, das quais são reproduzidas em souvenirs direcionados para turistas, como também a venda da visitação do local por meio de material publicitário, para o uso dessa elite extraterritorial, a exemplo do que foi trabalhado por Bauman em seus textos sobre cultura.

Assim, em Nova Almeida, há todo um comércio preparado para recepcionar os turistas. Dessa forma, a Igreja e Residência dos Reis Magos, por mais de 300 anos era considerado apenas um monumento religioso ou um prédio público, e por muitas vezes abandonado, porém com as políticas preservacionistas nos anos de 1930 e 1940 passa a ser também um patrimônio cultural nacional e, posteriormente, utilizado para o turismo histórico.

Portanto, após toda a política de salvaguarda dos bens culturais promovidas no início do século XX pelo governo brasileiro, nota-se que no século XXI, tais proteções ao patrimônio são utilizadas para a promoção econômica regional, valores antes considerados primordiais para a construção da história brasileira, como a memória da nação ou a identidade nacional, o ser brasileiro por meio da produção material do passado, são substituídas por apreço ao lucro e de certa competitividade sobre que local é o mais atrativo aos turistas.

Referências

ALVES, Elder P. Diversidade Cultural, patrimônio cultural imaterial e cultura popular. In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 25, n. 3,

Setembro/Dezembro 2010. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/se/v25n3/07.pdf> Acessado em: 17 nov. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. Apontamentos sobre peregrinações históricas do conceito cultura. In: Bauman, Z. **A cultura no mundo moderno líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. Introdução. In: Baumun, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. Tempo e classe. In: Baumun, Z. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. Depois da Nação-estado, o quê? In: Baumun, Z. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. A salvaguarda e a sustentabilidade do patrimônio imaterial brasileiro: Impasses e jurisprudências. In: FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson. **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.